



Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro

Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal

Comissão de Anistia
Ministério da Justiça
Brasil

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra
Portugal



Repressão e
Memória Política
no Contexto
Ibero-Brasileiro

Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro

Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal

REALIZAÇÃO



Comissão de Anistia Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO DE ANISTIA

Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro da Justiça
LUIZ PAULO BARRETO

Secretário-Executivo
RAFAEL THOMAZ FAVETTI

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO

Secretária-Executiva da Comissão de Anistia
ROBERTA VIEIRA ALVARENGA

Coordenador de Cooperação Internacional da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

REPRESSÃO E MEMÓRIA POLÍTICA NO CONTEXTO IBERO-BRASILEIRO
Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal

Realização:
COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Organizadores:
BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
PAULO ABRÃO
CECÍLIA MACDOWELL DOS SANTOS
MARCELO D. TORELLY

R425rm

Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. -- Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; Portugal : Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. 284 p.

ISBN 978-85-85820-04-6

1. Anistia, análise comparativa. 2. Justiça. 3. Autoritarismo, aspectos políticos. 4. Autoritarismo, aspectos psicológicos. 5. Direitos humanos. I. Brasil. Ministério da Justiça (MJ). II. Título.

CDD 341.5462

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

“Os textos contidos nesta obra são produtos do Seminário Internacional Repressão e Memória Política no Contexto Luso-Brasileiro, realizado nos dias 20 e 21 de abril de 2009 no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal), no bojo do programa de cooperação internacional da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os autores atualizaram seus textos com novas informações e dados antes da edição final da obra, em maio de 2010.”

“As opiniões, dados e informações contidos nos textos desta publicação são de responsabilidade de seus autores, não caracterizando posições oficiais do Ministério da Justiça, salvo quando expresso em contrário.”

Projeto Gráfico
RIBAMAR FONSECA

Capa
LUIZA VIEIRA

Organizadores

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
PAULO ABRÃO
CECÍLIA MACDOWELL SANTOS
MARCELO D. TORELLY

Autores

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS
DANIELA FRANTZ
FLÁVIA CARLET
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO
KELEN MEREGALI MODEL FERREIRA
MARCELO D. TORELLY
MARIA NATÉRCIA COIMBRA
MARIA PAULA MENESES
PAULO ABRÃO
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
SÍLVIA RODRIGUEZ MAESO
TARSO GENRO
TATIANA TANNUS GRAMA
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA

Sumário

Apresentação

LUIZ PAULO BARRETO

Ministro de Estado da Justiça

8

Prefácio: Os caminhos das democracias e as memórias políticas

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, PAULO ABRÃO,

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS E MARCELO D. TORELLY

10

Memória Histórica, Justiça de Transição e Democracia sem fim

TARSO GENRO, PAULO ABRÃO

14

Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação

PAULO ABRÃO, MARCELO D. TORELLY

24

Educação e Anistia Política: idéias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade no Brasil

PAULO ABRÃO, FLÁVIA CARLET, DANIELA FRANTZ, KELEN MEREGALI

MODEL FERREIRA, VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA

58

O dever de não esquecer como dever de preservar o legado histórico

MARIA NATÉRCIA COIMBRA

86

- Justiça transicional, memória social e senso comum democrático:
notas conceituais e contextualização do caso brasileiro
MARCELO D. TORELLY 102
- Questões de justiça de transição: a mobilização dos direitos humanos e
a memória da ditadura no Brasil
CECÍLIA MACDOWELL SANTOS 122
- O Passado não Morre – a permanência dos espíritos na história de
Moçambique
MARIA PAULA MENESES 150
- Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da
Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e
à verdade
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO 184
- Política del testimonio y reconocimiento en las comisiones de la
verdad guatemalteca y peruana
SILVIA RODRÍGUEZ MAESO 226
- Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do
processo brasileiro
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO 258

Prefácio

Os caminhos das democracias e as memórias políticas

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
PAULO ABRÃO
CECÍLIA MACDOWELL SANTOS
MARCELO D. TORELLY

Nos dias 20 e 21 de abril de 2009, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizou o *Seminário Internacional Repressão e Memória Política no Contexto Luso-Brasileiro*, com o objetivo de intercambiar conhecimentos e experiências que vinham-se acumulando no Brasil e em Portugal sobre a temática. Na mesma oportunidade, o Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra e o Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça do Brasil firmaram um acordo de cooperação, para permitir a continuidade da parceria entre as duas instituições, numa ação integrada que busca valorizar práticas e reflexões, fundindo-as em conhecimentos aplicáveis, da qual esta publicação apresenta-se como um primeiro resultado.

Os dois dias de seminário permitiram a realização de diversas mesas temáticas, que debateram estudos e iniciativas sociais e governamentais sobre repressão e memória política no Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. O intercâmbio de experiências resta agora relatado nesta obra coletiva, que traduz parte da riqueza das discussões tidas em Coimbra, permitindo a um público mais ampliado delas apropriar-se e comparar as diferentes perspectivas de análise sobre variados contextos políticos e sociais. Nos doze textos aqui contidos encontram-se aproximações teóricas e empíricas, partindo de diversos locais de fala que se cruzam em uma problemática comum a todos os países que viveram experiências autoritárias e/ou coloniais: *como lidar com o passado e, mais que tudo, como realizar um trabalho pedagógico de “memórias-justiças” sobre um passado traumático, tendo como base a construção e o fortalecimento da democracia presente.*

Os estudos que integram esta obra assentam na ideia de que a democracia e a memória política não são resultado de um processo histórico linear, singular e acabado, com início, meio e fim, mas sim uma construção social e política sem fim, a ser constantemente aprimorada, que envolve múltiplos atores políticos e sociais. Nesta perspectiva, falamos em "democracias" e "memórias políticas", no plural, para destacar os diversos sujeitos sociais e políticos de memória e justiça, as diferentes histórias de cada país ou comunidade, os múltiplos caminhos e mecanismos possíveis para a superação dos legados autoritários e coloniais. A vivência comum da não-democracia é, portanto, apenas o pontapé inicial que conecta as experiências que são objeto de reflexão e que permitem-nos ver como cada povo soube, de modo mais ou menos completo, trabalhar o seu passado.

A presente obra ganha especial relevo em um momento em que tanto a América Latina quanto a península Ibérica vêm ressurgir, do seio da sociedade representada em instituições e movimentos civis organizados, lutas por justiça histórica, memória e contra o esquecimento, com o claro objetivo de não permitir que o olvido apague do espaço público as marcas da repressão, de modo a usar a memória como sinal de alerta permanente sobre os horrores do autoritarismo e do colonialismo. Num período histórico ímpar, onde o Brasil, entre outros países, discute a criação de uma Comissão da Verdade, e onde Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Espanha, dentre outros, trabalham para a ampliação da memória social, em longos processos de identificação e abertura de arquivos, retirada de símbolos autoritários dos espaços públicos e promoção das memórias de luta contra ditaduras, esta obra visa contribuir para permitir o diálogo entre as experiências e a verificação dos caminhos possíveis, objetivando sempre ampliar o espaço de acesso e atuação da sociedade, fortalecendo iniciativas e garantindo o constante aprimoramento de iniciativas para a não repetição.

Esta obra insere-se, portanto, na linhagem daquelas que querem olhar para o passado para construir um melhor futuro no presente.

Brasília e Coimbra, maio de 2010.